

Cresce o número de jornalistas assassinados

Relatório de Liberdade de Imprensa da ANJ aponta ainda o aumento de censura judicial à imprensa no Brasil

Demétrio Weber
demetrio@bsb.oglobo.com.br

• BRASÍLIA. Balanço divulgado ontem pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) mostra que o número de jornalistas assassinados no Brasil cresceu. Entre agosto de 2010 e julho de 2011, cinco profissionais foram mortos em função do exercício profissional. O levantamento anterior, referente a um período de 24 meses — agosto de 2008 a julho de 2010 —, havia registrado um único homicídio.

O mais recente Relatório de Liberdade de Imprensa da ANJ revela também a ocorrência de 12 casos de censura judicial — decisões da Justiça que impediram veículos de comunicação de noticiar determinados assuntos. O número é menor do que as 19 situações de censura apontadas no balanço de 2008 a 2010. A diferença, porém, é que os 12 casos divulgados ontem foram registrados ao longo de um ano, enquanto os 19 ocorreram no dobro do tempo, em dois anos.

A ANJ só contabiliza como



MARCO MAIA discursa, com Whitaker Penteado (ESPM), Yole Mendonça e Patrícia Blanco (Palavra Aberta)

assassinatos os casos em que a investigação policial ou do Ministério Público encontrou fortes indícios de conotação com o exercício da profissão.

Os cinco mortos foram: Francisco Gomes de Medeiros, conhecido como F. Gomes, de 48 anos, que trabalhava para a rá-

dio Caicó e era repórter freelancer do jornal “Tribuna do Norte”, em Caicó (RN); José Rubem Pontes de Souza, diretor-presidente do “Entre-Rios Jornal”, de Três Rios (RJ); Luciano Pedrosa, radialista da Rádio Metropolitana FM e apresentador do programa Ação e Cidadania, na TV

Vitória, em Vitória de Santo Antão (PE); Valério Nascimento, dono do jornal “Panorama Geral” e presidente da associação de moradores em Rio Claro (RJ); e o presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) em Serra do Mel (RN), Edinaldo Filgueira, que havia fundado um jornal no

município e mantinha um blog.

A liberdade de imprensa foi um dos temas debatidos ontem, na Câmara, durante a 6ª Conferência Legislativa sobre Liberdade de Expressão. Acadêmicos, parlamentares e jornalistas apontaram obstáculos ao pleno exercício da liberdade de imprensa no Brasil, entre eles a censura judicial prévia. Foi citada também a falta de transparência das autoridades em relação aos gastos com publicidade, a não divulgação dos salários dos servidores públicos e a lista de pessoas recebidas em audiências oficiais.

Para o professor da Universidade de São Paulo (USP) Eugênio Bucci, há no país uma mentalidade autoritária que dá margem ao cerceamento da liberdade de informação, o que acaba protegendo desvios e corrupção.

— Faz parte do DNA da nossa cultura política. Essa mentalidade preserva o patrimonialismo, o mandonismo, o clientelismo e as formas mais ancestrais de corrupção —

disse Bucci, que foi presidente da Radiobras de 2003 a 2007.

A conferência foi promovida pelo Instituto Palavra Aberta, que reúne entidades como a ANJ, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner). Um dos temas abordados foi a internet. A secretária-executiva da Secretaria de Comunicação da Presidência, Yole Mendonça, disse que a liberdade de imprensa é fundamental:

— É um tema muito caro ao governo federal, que o entende como um dos pilares da democracia plena.

O diretor de Conteúdo do jornal “O Estado de S. Paulo”, Ricardo Gandour, criticou a censura judicial, fazendo referência à proibição, que já dura dois anos, de que o jornal publique notícias sobre a Operação Boi Barrica, da Polícia Federal, que investigou o empresário Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). ■



MANIFESTANTES do MST bloquearam por sete horas a portaria e o estacionamento do Ministério da Fazenda

Alvo de denúncia, vice assume em Campinas

• CAMPINAS. No centro de uma investigação sobre corrupção, o novo prefeito de Campinas (SP), Demétrio Vilagra (PT), tomou posse ontem e já deve enfrentar a partir de hoje à noite um processo de cassação pela Câmara Municipal. Com isso, a cidade pode ter dois casos de impeachment em menos seis meses.

Vilagra assumiu a administração no lugar de Hélio de Oliveira Santos, o Dr. Hélio (PDT), que foi cassado pela Câmara sábado depois de o alto escalão do governo ser denunciado por formação de quadrilha, corrupção e fraudes, incluindo a ex-primeira-dama Rosely Nassim Jorge Santos.

Dois pedidos de cassação do mandato de Vilagra foram protocolados ontem na Câmara. Ele foi denunciado em junho pelo Ministério Público sob suspeita de formação de quadrilha e corrupção passiva em nove contratos públicos. Vilagra negou as acusações. ■

PSD pula norma para poder obter registro a tempo da eleição de 2012

Sigla entrou com pedido no TSE sem estar registrada em 9 tribunais regionais

Isabel Braga
(isabraga@bsb.oglobo.com.br)
Carolina Brígido
carolina@bsb.oglobo.com.br

• BRASÍLIA. Numa corrida contra o tempo, o PSD entrou ontem com pedido de registro partidário no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sem o crivo dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). Sob comando do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, a nova legenda tenta viabilizar o registro definitivo antes de outubro deste ano, para poder participar das eleições municipais de 2012. Partidos que perderão parlamentares para o PSD, no entanto, vão questionar na Justiça a decisão da legenda de entrar no TSE antes de obter o registro nos TREs, norma prevista pelo TSE. O PSD contesta a resolução, e a decisão caberá ao plenário da Corte.

Segundo resolução aprovada em 2010 pelo TSE, uma nova le-

genda precisa obter primeiro o registro em pelo menos nove tribunais regionais eleitorais e obter o apoio de 492 mil eleitores, para depois ir ao TSE. O advogado do PSD, Admar Gonzaga, entrou no TSE alegando que a Lei dos Partidos, de 1995, não faz tal exigência, e que uma norma não pode se sobrepor à lei.

Até ontem, o partido só tinha obtido registro no TRE de Santa Catarina. O secretário-geral do PSD, Saulo Queiroz, afirma que a legenda deverá obter, já nos próximos dias, o registro na maioria dos TREs.

O advogado afirmou que a legenda obteve mais de 880 mil assinaturas de apoio em apenas três meses.

Segundo o deputado paulista Guilherme Campos, que deixa o DEM a fim de ir para o PSD, até agora 44 deputados anunciaram a intenção de aderir à nova legenda.

O líder do DEM na Câmara, ACM Neto (BA), partido que perderá muitos políticos para a nova legenda, critica a atitude do PSD de entrar no TSE sem obter primeiro os registros do partido nos TREs.

— O PSD está numa tentativa desesperada de obter o registro, pedindo que o TSE descumpra resolução do próprio TSE. Um partido que tenta nascer com muitos problemas, assinatura de mortos para apoiar sua criação, duplicidade de assinaturas, atas iguais. Confio no TSE e sei que o tribunal estará blindado a qualquer interferência política — afirmou ACM Neto.

O Brasil possui hoje 27 partidos registrados na Justiça Eleitoral. O orçamento do fundo partidário para este ano é de R\$ 301.483.295. Mais de R\$ 175 milhões já foram repassados aos partidos até agora. ■

Catarina Alencastro
catarina.alencastro@bsb.oglobo.com.br

• BRASÍLIA. Pequenos agricultores e integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiram ontem a sede do Ministério da Fazenda, em Brasília. Cerca de três mil pessoas, segundo o movimento liderado pela Via Campesina, ocuparam o estacionamento e a entrada do ministério, impedindo o acesso de funcionários. A quem chegava para trabalhar, os manifestantes diziam para voltar, porque seria um dia de folga. Eles queriam a garantia de que representantes do governo os receberiam, e ameaçavam só

deixar o prédio quando um encontro fosse agendado.

Ao meio-dia, a Secretaria-Geral da Presidência anunciou que a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, receberia as lideranças. O grupo decidiu então liberar o acesso depois de sete horas de bloqueio.

O Ministério da Fazenda foi escolhido como alvo porque uma das principais demandas dos camponeses é o aumento orçamentário do Incra para a reforma agrária. O MST calcula serem necessários R\$ 1,5 bilhão por ano. E reclama que este ano o governo investirá apenas R\$ 530 milhões na obtenção de terras para assentar as famílias. O

outro foco da pressão dos manifestantes é a dívida dos pequenos agricultores, que seria de R\$ 30 bilhões, dos quais os devedores de R\$ 12 bilhões não teriam condições de quitar o débito. No início da noite, os ministros Afonso Florence, do Desenvolvimento Agrário, e o secretário geral da Presidência, Gilberto Carvalho, receberam um grupo de manifestantes e se comprometeram a dar uma resposta aos pleitos até o fim da semana.

A Via Campesina realizou protestos em 17 estados na chamada Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária. Em Recife, 500 lavradores acamparam na sede do Incra. ■



PLANALTO: Carro na rampa

• Pouco antes da posse do novo ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, ontem pela manhã, um homem tentou subir de carro, um Ford Fiesta, a rampa no Palácio do Planalto, em Brasília. Alceu Luís Teixeira, que trabalha como motorista, foi interceptado pelos seguranças e, segundo a polícia, estava aparentemente embriagado, pagou uma multa e foi liberado. No mês passado, um outro homem tentou subir a rampa, mas pilotando uma motocicleta.

Do jeito que VOCÊ preferir: pagamento em até 10x no cartão.**

Alugue um carro: R\$ 39,90* Diárias a partir de

*R\$ 0,45 por km rodado

Localiza Vai com você

Reservas 24h: 0800 979 2000 www.localiza.com

App Store

*Não estão incluídos taxas (5% ou 10%, dependendo da agência de retirada) e taxas de devolução do carro, cobertura de risco e extras. Consulte as condições no www.localiza.com. **Cartão de crédito American Express, Visa, Mastercard, Union Card Internacional e Eas. Excluído do Brasil, exceto cartões Corporate.